

a publicar em Carlos Morais (coord.), *Fernando Oliveira: um Humanista genial*.
Universidade de Aveiro, Centro de Línguas e Culturas, 2009, p. 261-285.

*Actualidade do pensamento de Fernão de Oliveira:
léxico e morfologia da língua portuguesa*

Graça Rio-Torto
(Universidade de Coimbra, CELGA)

0. Nesta reflexão pretende-se sublinhar a actualidade do pensamento de Fernão de Oliveira sobre teorização morfológica e lexical, aplicada à língua portuguesa pelo nosso primeiro gramático. Será dado relevo particular ao modo como Oliveira discorre sobre análise morfológica, sobre composição interna das palavras, sobre a semântica destas, e sobre léxico (procedência e usos das unidades lexicais).

Vários são os ângulos de enfoque a partir dos quais Oliveira observa as unidades do léxico, ou dicções ou vozes (cf. «*Dição*, vocabolo ou palavra, tudo quer dizer hũa cousa. E podemos assi dar sua definição: palavra é voz que sinifica cousa ou auto ou modo» (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXX) ¹.

No nosso ponto de vista, as dimensões mais relevantes — e que se revelam também as mais actuais — da teorização que Fernão de Oliveira faz sobre as palavras são:

- . procedência histórica e circulação interlinguística
- . grau de arcaicidade e de modernidade
- . tipo de estrutura interna
- . leitura/significação literal e não literal

Em cada uma das secções deste estudo descreve-se o modo como estas dimensões foram trabalhadas pelo nosso primeiro gramático, e salienta-se a

¹ Neste estudo todas as citações da *Gramática da Linguagem Portuguesa* se reportam à edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção (2000), a quem agradeço o apoio logístico prestado.

perenidade de algumas das concepções expostas, nomeadamente em estudos actuais sobre morfologia e léxico.

Eugenio Coseriu, no seu incisivo estudo sobre “Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira”, ressalta o carácter incisivo e criterioso da originalidade de concepções deste nosso primeiro gramático: «Para várias das suas idéias e teses, Oliveira cita as ‘autoridades’ entre os Antigos [...], mas isto também não diminui a originalidade do seu pensamento: a originalidade, no renascimento, também consiste em ‘quais’ idéias se adotam dos Antigos, ou para quais idéias se procura apoio nos Antigos» (Coseriu, 1991: 17, nota 7).

Com efeito, Fernão de Oliveira soube, há cinco séculos atrás, intuir e explicitar, ainda que naturalmente numa linguagem pouco técnica, à luz dos padrões actuais, alguns dos tópicos cruciais com que se debate, nas últimas décadas, a teoria morfológica e lexical. Deles se destacam, usando uma metalinguagem do nosso tempo, a relação entre a etimologia, a história e a competência morfo-lexical dos falantes nos diversos espaços sincrónicos em que se situam; a correlata metodologia de análise morfo-lexical, com diferenciação (i) das unidades construídas e não construídas numa língua, (ii) das palavras importadas e das herdadas, e (iii) das palavras complexas e não complexas; a problemática concepção em torno da identidade das unidades mínimas da análise morfo-lexical; a demarcação das unidades lexicais quanto ao seu grau de modernidade, de inovação, ou de arcaicidade; a relação existente entre composicionalidade morfológica, composicionalidade semântica, significação literal e não literal.

Dada a profusão de propostas teóricas no âmbito da morfologia e do léxico, optamos por tomar como marco de referência teórica o estudo de Booij (2007), *The Grammar of Words* e, no que à teoria da linguagem diz respeito, o de Jackendoff (2002), *Foundations of Language. Brain, Meaning, Grammar, Evolution*, por os considerarmos os mais relevantes e abrangentes em relação às temáticas abordadas, e os mais representativos do debate que sobre elas se pratica na actualidade.

1. Procedência histórica e circulação interlinguística

Quanto à sua etimologia (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXI), o autor diferencia as palavras em três grupos: as palavras “nossas”, ou seja, nascidas ou construídas dentro da língua portuguesa; as palavras “alheias”, ou importadas; e as

palavras “comuns”, de circulação internacional, e por isso pertencentes a um património interlinguístico comum a várias línguas ².

Por palavras “nossas” entende o autor palavras já nascidas no âmbito da língua portuguesa ou de tal modo antigas que se lhe desconhece a origem ³. Em relação a elas — e menciona *castiçal*, *janela*, *panela* — recomenda o autor uma investigação séria, feita pelos homens doutos ⁴, as circunstâncias e motivações da sua génese, sem se recorrer a especulações fantasiosas, como correlacionar *alfaiate* com ‘o que faz alfaias’.

As dicções “alheias” são palavras importadas, integradas na língua por necessidade denominativa de novas realidades. Os exemplos que Oliveira dá são *picote*, nome de tecido que veio substituir o *burel*, *alquicé* e ainda *arcabuz*, denominação tão recente que o autor propõe seja simultaneamente considerada como “nova” ⁵. Muito atento à dinâmica da língua, alude ainda a «novas vozes que est’ano vieram de Tunes com suas gorras» (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXII), mas não as explicita.

O autor tem consciência de que com o uso e a incorporação na língua. os estrangeirismos deixam de ser percepcionados no léxico mental dos falantes como importações, e passam a ser sentidos como “nossas”, perfeitamente integradas na língua ⁶.

² Patenteia-se aqui a influência de Marcus Terentius Varro, quando distingue em *De Lingua latina* V: 10 «verba nostra aut aliena aut oblivia».

³ «As nossas dições são aquellas que naceram antre nós ou são já tão antigas que não sabemos se vieram de fora. Nestas a grammatica manda saber donde, quando, porquê e como foram feitas: donde foram feitas, como pelote de pele, assi como também já foi, em tempo del-rei dom Afonso Anriquez, capa-pelle; quando foram feitas, como sisa em tempo del-rei dom João o primeiro; porque foram feitas, como Aveiro, nome de lugar, porque dantes nessa terra morava hum caçador d’aves ao qual, como d’algunha, chamavam o aveiro.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXI)

⁴ «Pois se alguém me dixer que podemos dizer como temos muitos vocabolos latinos e que isto alcançam os homens doutos que sabem lingua latina, como candea que vem de candela, vocabolo latino, e mesa de mensa, que não somente é latino mas também tem ainda outro mais escondido nacimiento grego de meson, que quer dizer cousa que está no meio; assi outro tanto lume de lumen latino, e homem de homo, e molher de mulier; e livro e porta e casa e parede e quantos quiserdes, e não só latinos, mas gregos, arabigos, castelhanos, franceses e toda quanta outra immundicia poderem ajuntar» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXI)

⁵ «As dições alheas são aquellas que doutras linguas trazemos à nossa por alghüa necessidade de costume, trato, arte ou cousa alghüa novamente trazida à terra. O costume novo traz à terra novos vocabulos, como agora pouco ha trouxe este nome picote, que quer dizer burel, do qual, porque de fora trouxeram os malgalantes o costume, ou para melhor dizer o desdém de vestir o tal pano, trouxeram também o nome co’esse costume. E alquicé tão-pouco é vestido da nossa terra; por isso também traz o nome estrangeiro consigo. E arcabuz ha sete ou oit’annos pouco mais ou menos que veo ter a esta terra, com seu nome dantes nunca conhecido nella; e porém a este podemos chamar novo, mais que alheo, porque pode ser que tão-pouco dantes não era usado nessa terra donde o nós trouxemos ou tomamos.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXII)

⁶ «a estas dições alheas com necessidade e não facilmente trazidas chamar-lhe-emos alheas em quanto

Por fim, são dicções “comuns” as de circulação internacional, que estão presentes no património linguístico de vários idiomas. Os exemplos que Fernão de Oliveira faculta são *alfaiate*, *almoxarife*, *alguidar*, *almocreve*⁷, não sendo linear que sejam os melhores protótipos de palavras de circulação verdadeiramente transnacional. O grande acervo de arabismos incorporados, nomeadamente pelas línguas ibéricas, terá levado o nosso gramático a valorizá-los como palavras com difusão supranacional e, nesse sentido, comum a várias línguas. Todavia, dado que a internacionalização do vocabulário não se pautava, no princípio do século XVI, por critérios de globalização idênticos aos dos nossos dias, o grau de avaliação do carácter “comum” de uma palavra terá que ser aferido em função dos parâmetros de difusão transnacional disponíveis e relevantes à época. Diversas palavras eruditas comuns a várias línguas da Europa ocidental poderiam ter sido invocadas pelo autor; mas a atitude de erosão da suposta supremacia do latim sobre as línguas vernáculas ter-se-á provavelmente sobreposto a tal consciência.

Já a menção a *mesa* e *çapato* exigiria que se distinguissem — em consonância com o que Oliveira preconiza em outros momentos, quando sublinha aquilo a que chamaríamos actualmente ‘imotivação entre signo lexical e realidade denotada’ —, o plano dos objectos extralinguísticos e o das configurações com que cada língua verbaliza tais realidades.

Numa época de legitimação da língua vernácula relativamente sobretudo à latina e à espanhola, o nosso primeiro gramático não se poupa a argumentos — por vezes de modo algo excessivo — em favor da singularidade e da riqueza autóctone da nossa língua face às demais, nomeadamente em matéria de léxico⁸, e da premência de fortalecer a implantação da língua-pátria, uma vez que se trata de um factor de unidade e de identidade do reino. Importa mencionar que a existência de

forem muito novas, de tal feição que não possamos negar seu nascimento. E depois, pelo tempo adiante conformando-as connosco, chamar-lhe-emos nossas, porque desta maneira foram as que agora chamamos comuns». (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXII)

⁷ «Dicções comuns chamamos aquellas que em muitas linguas servem igualmente; e o tempo em que se mudaram d’hũa lingua para outra fica tão longe de nós, que não podemos facilmente saber de qual para qual lingua se mudaram, porque assi as podiam tomar as outras linguas da nossa como a nossa dellas, como alfaiate, almoxarife, alguidar, almocreve. E muitas outras dicções começadas nesta sillaba al, as quaes dizem que são mouriscas.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXIII).

⁸ «E assi também dizem ser não somente latinas as nossas palavras e castelhanas e doutras nações nossas vezinhas; mas de Grecia e doutras gentes mais apartadas de nós e com quem nunca conversamos dizem estes curiosos ser muitas dicções das nossas. E de tal feição se alevantam contra a nossa lingua e a fazem pobre e toda emprestada, que lhe não deixam nada proprio, como se não houvera homens na nossa terra antigos e nobres e sabedores. [...] Quanto de minha parte segundo eu entendo, eu juraria que quem folga d’ouvir lingua estrangeira na sua terra não he amigo da sua gente nem conforme à musica natural della.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXIII).

legados pré- e pós-romanos, sejam os contributos celta, germânico, árabe, longe de diminuírem a identidade da nossa língua, representam antes um valioso factor de diversidade e de enriquecimento lexical, que nenhum gramático noutra conjuntura subestimaria.

Como assinala J. Piel (1989[1976]: 9), «O léxico de uma língua de civilização como a língua portuguesa é um organismo vivo, extremamente complexo na sua composição, pois resulta de um trabalho multissecular de elaboração e de selecção [...]. Como sucede com o léxico das demais línguas de cultura, nunca será possível reconstituir todas as fases por ele percorridas e destrinçar a contribuição das muitas gerações que nele colaboraram até se constituir o magno edifício que hoje se nos depara [...] Ao caudal vocabular do primitivo património afluíu, em ondas sucessivas, uma infinidade de elementos estrangeiros, europeus e extra-europeus, entrando em linha de conta praticamente todas as línguas com que os Portugueses, no decorrer da sua história, estiveram, directa ou indirectamente, em contacto.

1.1. léxico herdado e léxico de empréstimo

A necessidade de distinguir as unidades lexicais em função da sua procedência linguística, sobretudo quando o contacto interlinguístico determinou ou determina interferências lexicais relevantes, é um imperativo que filólogos e linguistas sempre sentiram como premente.

Já Carolina Michaëlis de Vasconcelos considerava fundamental diferenciar o chamado vocabulário popular (em fr. *mots populaires*) ou léxico herdado, do chamado léxico literário, também conhecido por culto ou erudito (em fr. *mots savants*).

Nas palavras da autora, «São *populares* todos os termos do léxico primitivo, provenientes do latim vulgar, isto é, os que entraram na língua dos Lusitano-romanos por contacto directo, e foram transmitidos oralmente de geração em geração, sofrendo sucessivas modificações, com grandes intervalos de tempo, segundo leis então vigentes. [...] *Eruditos, literários, cultos*, de origem artificial, são, pelo contrário, os vocábulos de proveniência latina (e grega), que entraram no

léxico português, por intervenção de escritores, que os tiraram directamente de obras clássicas ou do dicionário» (Vasconcelos, s/d: 30) ⁹.

A distinção entre léxico patrimonial herdado (al. *Erbgut*), proveniente do latim vulgar e reconfigurado de acordo com os padrões da língua portuguesa, e léxico de empréstimo (al. *Lehngut*), seja erudito ou não, tem importância vital em termos de teoria histórica, morfológica e lexical, na medida em que permite clarificar as relações entre património histórico e estrutura morfológica das unidades lexicais (vejam-se as considerações que a este respeito se tecem em 1.2.) e, simultaneamente, também em termos de delimitação tipológica de dados empíricos alienígenas (herdados, empréstimos ou estrangeirismos), em função do grau de adaptação das unidades lexicais à nova realidade linguística de acolhimento.

Reportando-nos à realidade hodierna, os estrangeirismos mais marcados são vocábulos de origem não autóctone que se mantêm inalterados ou escassamente modificados na sua configuração matricial, como *tsunami, ioga, Kitsch, pin, pizza, quorum, zoom*. Muitos dos anglicismos que hoje em dia as línguas incorporam, e que se tornaram verdadeiros vocábulos de circulação internacional (*airbag, bit, check in, cocktail, jeans, lobby, net, piercing, slogan, stand, whisky*) mantêm a sua identidade formal inalterada, em muitas línguas.

Mas também em português palavras importadas há que acusam um assinalável grau de adaptação formal, sejam os arabismos *alcatifa, álcool, azeite, fulano, oxalá*, os galicismos *blusa, boné, chique, creme, croquete, douche, envelope, piquenique*, os anglicismos *bife, clube, futebol, lanche*.

O estudo do vocabulário internacional, que constitui um património interlinguístico comum a várias famílias de línguas, tem sido objecto de diversos projectos de investigação, um dos mais promissores dos quais, “The International Vocabulary”, é coordenado por Hartmut Traunmüller, do Departamento de Linguística da Universidade de Estocolmo, e incorpora léxico de trinta e duas línguas, entre as quais a portuguesa, representativas dos grandes universos culturais

⁹ A estas acrescem as palavras semi-populares ou semi-eruditas que, tendo origem latina e tendo sido introduzidas bastante cedo (no período arcaico) «não sofreram as transformações impostas por leis fonéticas, ou as sofreram apenas parcialmente. ...entraram por via eclesiástica ou judicial» (Vasconcelos, s/d: 31).

deste século ¹⁰. No presente momento ainda não está disponível o livro que consubstancia os resultados centrais deste projecto, e que elencará as entradas (com descrição da sua etimologia, semântica e configuração nas línguas em análise) das unidades lexicais seleccionadas.

Fernão de Oliveira, por falta de recursos teóricos, empíricos e logísticos, não podia ter ido tão longe na descrição dos estrangeirismos ou das palavras importadas, mas teve consciência da importância destes em termos patrimoniais, do enriquecimento lexical que aduzem à língua, da relevância descritiva da distinção entre palavras “nossas” e “alheias” e, como bom renascentista, não se coibiu de recomendar moderação na adopção de estrangeirismos, que considerava aceitáveis na condição de virem suprir lacunas em aberto.

1.2. história e reanálise de palavras compósitas

Com os avanços mais recentes das ciências da linguagem, a distinção entre unidades lexicais “nossas” e “alheias” tem-se revelado um tópico de indagação muito frutífero em termos teóricos e aplicados, obrigando a recentrar, em termos de continuidade, a tradicional dicotomia entre o domínio do (léxico) patrimonial e do (léxico) vernáculo.

Continua a ser fundamental conhecer a matriz etimológica e linguística das unidades lexicais, nomeadamente quando estas se configuram em paradigmas que requerem um processamento específico sob o ponto de vista cognitivo.

A este propósito, mencionaremos duas situações em que a composicionalidade de uma palavra não anula o seu carácter importado, mas também não impede a sua reanálise à luz dos padrões de genolexia da língua portuguesa, fazendo jus à comunhão e à continuidade de paradigmas construcionais entre a língua latina e a nossa.

¹⁰ Segundo o resumo disponível em linha (<http://www.ling.su.se/staff/hartmut/intervok.htm>), «The aim of this project is to document and study those 'international words' that can be said to be international in a global sense. To qualify for consideration, a word has to be similar in form and meaning in languages whose total number of speakers is considerably larger than the number of members in any single one of the four major cultural regions (Western, Islamic, Indian, Chinese). In most instances, these words have been diffused as loans, but inheritance is also a contributing factor [...] The study is based on the vocabularies of the 32 most popular languages. [...] Languages considered regularly: Portuguese, Spanish, Italian, French, (Romanian) - English, Dutch, German - Polish, Russian, (Ukrainian, Serbo-Croatian) - Swahili - Hausa - Amharic, Arabic - Turkish - Persian - Hindi & Urdu, Punjabi, Marathi, Bengali, (Gujarati) - Tamil, Telugu, (Kannada) - Burmese - Thai - Indonesian, Javanese, Tagalog - Vietnamese - Cantonese, Chinese - Korean - Japanese.»

(i) Tenham-se em conta palavras de estrutura complexa como *Cetóbriga*, *Conímbriga*, *Lacóbriga*, *Longóbriga*, *Miróbriga*, *Talábriga*, *Tameóbriga*, *Tongóbriga*, em que ocorre um constituinte de origem celta, *-briga* ‘castelo’, actualmente não activado, mas presente em diversos topónimos que, por via da sua sobrevivência em latim, a língua portuguesa herdou e incorporou. Sendo parcialmente opacas, mormente para quem não tem um razoável conhecimento da história do léxico, estas palavras oferecem, contudo, ao falante comum, uma composicionalidade formal cujo reconhecimento não requer uma descodificação muito dificultosa, uma vez identificado o constituinte *-briga*. Ao invés, o processamento da composicionalidade semântica destas palavras complexas, mas não construídas dentro do português, já pode ficar comprometido se o falante não possuir conhecimento sobre o semantismo de *-briga* e dos constituintes toponímicos que com ele se combinam à sua esquerda.

No pressuposto de que estas duas últimas condições não estão reunidas na competência lexical dos falantes comuns, o mais provável é que estruturas deste tipo estejam armazenadas na memória de longo prazo, e estejam codificadas no léxico mental como blocos formal e semanticamente cristalizados, ainda que internamente complexos.

A história da palavra não obsta, portanto, à sua reanálise contemporânea como palavra complexa, construída por padrões comuns à língua de origem e à de recepção.

Um padrão deste tipo, em que à esquerda figura um radical onomástico (toponímico ou antroponímico) e à direita um nome comum, também ele importado, ocorre em português contemporâneo com *-lândia*, aplicado fundamentalmente a denominações toponímicas, no Brasil (*Crucilândia* (Belo Horizonte), *Majorlândia* (Ceará), *Materlândia* (Minas Gerais), *Uberlândia*) e a nomes de empresas portuguesas e europeias (cf. *Assequinlândia*, *Bracalândia*, *Chinolândia*, *Euroândia*, *Disneylândia*), de redes ou de espaços interpessoais que giram em torno do denotado pela base (*Ronaldolândia*). A produtividade deste padrão explica que a base esquerda tenha podido vir a ser preenchida com um nome comum (cf. *cargolândia*, *legolândia*, *sexolândia*), ainda que importado (*weblândia*).

Tenha-se em conta que, como nos exemplos toponímicos acima mencionados em *-briga*, também em todos os topónimos brasileiros a base

esquerda (Crucilândia, Majorlândia, Materlândia, Uberlândia) é marcada como [+erudita], e *-lândia* é uma versão aportuguesada de *-land*. E o facto de ambos os constituintes poderem ser importados não invalida que as palavras em apreço sejam construídas na nossa contemporaneidade.

(ii) Palavras portadoras de radicais eruditos *-ceb-* (*conceber, perceber, receber*), *-ced-* (*aceder, conceder, preceder*), *-duz-* (*aduzir, conduzir, induzir, produzir, reduzir*), *-fer-* (*aferir, conferir, deferir, inferir, referir, transferir*), *-mit-* (*admitir, demitir, permitir, transmitir*) são decomponíveis (por comparação contrastiva) em prefixos e radicais verbais, sendo portanto encaráveis como palavras de estrutura morfológica complexa, mas não construídas dentro da língua portuguesa. Oliveira também tem uma percepção desta realidade coincidente com a que modernamente é dominante entre os especialistas em morfologia, de Aronoff a Booij. Ademais, os radicais verbais não têm autonomia nem estão disponíveis para servir de base a novas palavras da nossa língua, e a sua significação não é transparente para um falante comum.

Palavras deste tipo constituem um desafio para as teorias morfológicas e lexicais, uma vez que numa “lexeme-based morphology” estes radicais eruditos não têm entrada lexical autónoma, porque integram uma lista fechada de palavras complexas; já numa “morpheme-based morphology” (defendida por Rochele Lieber, Elisabeth Selkirk, entre outros), a cada um destes radicais presos corresponde uma entrada lexical autónoma, ainda que não disponível para a produção de novas palavras, como se comprova pela agramaticalidade de **perduzir*, **transduzir*, **co(n)mitir*, **inceder*, **transceder*.

Em relação a estas estruturas, também comuns ao inglês (*-ceive*, *-duce*, *-mit*), Booij (2007: 31) considera que «Although these bound roots have no identifiable meaning, they should be recognized as morphemes since they determine the form of corresponding noun: all verbs in *-ceive* have a corresponding noun in *-ception*, those in *-duce* one in *-duction*, and verbs in *-mit* one in *-mission*».

Ora, em nada se afasta desta a concepção que Oliveira teria dos equivalentes portugueses *-ceb-*, *-ced-*, *-duz-*, *-mit-*, quando considera (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXV) que em algumas palavras complexas há constituintes de cujo semantismo os

falantes têm consciência, mas que este é difícil de descrever ou de discriminar (cf. citações das notas 20 e 21).

O reconhecimento lexical ('word recognition') de estruturas das de tipo (i) e (ii) pode fazer-se com maior ou menor sucesso em função do grau de exposição prévio a estes tipos de *input* linguísticos.

Por via de um mecanismo de computação, decompomos a palavra complexa nos seus constituintes morfológicos e tentamos associar a cada um um significado que tenhamos armazenado no nosso léxico mental. Segundo Booij (2007: 236), este cenário «is the only possible one for complex words that we never came across before». Este mecanismo, porque envolve computação e resgate de informação memorizada, é complexo e lento, implicando um tempo de processamento directamente relacionado com a não exposição prévia à estrutura em jogo, e com a iconicidade desta.

Em caso de activação de um mecanismo de reconhecimento de material lexical já conhecido e armazenado, o processamento é substancialmente mais linear: «In the storage scenario, the complex word as such is stored in our mental lexicon, and word recognition is performed by matching the perceived word with its corresponding entry in our mental lexicon.[...] For words that we already know, there are two routes: retrieval from memory or computation» (Booij 2007: 236).

1.4. léxico mental, competência morfológica e génese histórica

Estas reflexões do modo como se faz o processamento da informação morfológica conduzem-nos a uma ponderação renovada sobre as relações entre o conhecimento que temos sobre a história e a estrutura das/de algumas palavras.

Os dados históricos são relevantes para a decomposição e a identificação mórficas, não podendo ser ignorados na análise das unidades lexicais. Mas a percepção da estrutura destas assenta também em parâmetros de natureza léxico-mental, que porventura pesam tanto ou mais que o conhecimento — quando existente — da génese e/ou da história da palavra.

O *continuum* entre a língua latina e a portuguesa não permite rasurar a coexistência de padrões, de recursos e de produtos genolexicais comuns, antes o potencia.

Assim, o facto de em relação a nomes do tipo *declaração* (Rodrigues, 2008: cap. IV.1), *pescador*, ou *aldeão*, existirem os correlatos latinos que lhes podem ter

servido de étimos não invalida que, face à existência, em português, dos radicais verbais de *declarar* e de *pescar* e do radical nominal de *aldeia* se possam formar, de acordo com os paradigmas genolexicais da nossa língua, o nome agentivo *pescador* (como *administrador, cobrador, lavrador*), o nome de ‘acção’ *declaração* (como *arrumação, organização, preparação*), e o adjectivo denominal *aldeão* (como *barrosão, beirão, coimbrão*).

Uma visão da gramática e do léxico mental dos falantes tal como a que é proposta por Jackendoff (2002: cap 2, *Language as a Mental Phenomenon*)¹¹, considera que «a organização da linguagem em termos mentais labora com eixos de correlação lexical sincrónica e não diacrónica. A continuidade histórica entre duas línguas enfatiza, e não destrói, a manutenção dessa correlação lexical sincrónica, ao revelar que ao longo das diversas sincronias se preservou na mente-f uma correlação derivacional (no sentido de genolexical e não evolutivo) entre um verbo e um substantivo» (Rodrigues, 2008: 385).

Assim, «Speakers are able to use their native language without any knowledge of its history. Therefore, the historical perspective on language seem to be superfluous when we want to understand how language works» (Booij, 2007: 255).

Na verdade, há dois níveis em que se deve situar a abordagem desta problemática: o do uso não reflexivo da linguagem; e o da descrição, análise e compreensão do modo como funcionam as estruturas duma língua. Neste caso, as aportações da história e das alterações que as línguas acusam ao longo dos tempos podem ajudar de forma decisiva a explicar o funcionamento destas.

Hoje mais do que nunca, quando se sabe que, na combinatória de estruturas morfo-lexicais, há co-restrições preferenciais em função das marcas etimológicas, impõe-se não negligenciar a origem, a procedência, o estrato idiomático e a história das unidades em análise, e ao mesmo tempo compaginar esses vectores com o estatuto que os dados herdados e importados têm quando incorporados e coexistentes com os vernáculos e autóctones. O conhecimento da história ajuda a explicar muitos factos da contemporaneidade.

¹¹ «One of the most striking features of languages is the fact that speakers can understand and construct an indefinitely large number of sentences [e ‘words’, acrescentamos nós] that they have never experienced before. This leads to the conclusion that speaker’s knowledge is instantiated as a set of generative principles (or rules) for constructing and recognizing sentences [ou ‘words’, diremos nós]; these principles constitute the speaker’s mental grammar» (Jackendoff, 2002: xiv).

Há condicionamentos de natureza etimológica ou histórica que, em diversas línguas, superintendem à combinação preferencial entre constituintes marcados com o traço [-autóctone] (ou [+erudito] ou [+latino]), por contraste com outras combinatórias também preferenciais entre constituintes marcados com o traço [+autóctone] (ou [-erudito] ou [-latino]).

Em português algumas bases e alguns afixos são marcados como [+eruditos], por apresentarem uma configuração próxima da latina ou grega que lhes está na origem. Assim acontece com *arbóreo*, *dulcificar*, *rizóide*, *vinicultor*, *vitricificar*, em que a base (*arbor-*, *dulc-*, *riz-*, *vin-*, *vitric-*) tem uma configuração erudita, por contraste com a que ocorre em *arvoredo*, *adoçar*, *raizame*, *vinhedo*, *vidrar*, cujas bases autóctones são *arvor-*, *doç-*, *raiz-*, *vinh-*, *vidr-*. Também o sufixo átono *-e-*, presente em *arbóreo*, *marmóreo*, *róseo*, é marcado como [+erudito].

Ora, o sufixo [-erudito] *-ão*, que forma nomes de agente e de acção deverbais, agrega-se a bases [-eruditas], como se verifica em *aldrabão*, *chorão* (do radical de *aldrabar*, *chorar*) e em *escaldão*, do radical de *escaldar*, não sendo portanto compatível com radicais eruditos (*hibernar* > **hibernão*, *ludibriar* > **ludibrião*). Este sufixo *-ão* não selecciona bases portadoras de sufixos eruditos, como *-iz-* (*latinizar* > **latinizã*, *ruborizar* > **ruborizã*) ou *-ific-* (*solidificar* > **solidificã*). A estes sufixos [+eruditos] acopla-se antes *-ção* (*latinização*, *fertilização*, *panificação*, *ruborização*, *solidificação*, *unificação*).

Esta compatibilidade preferencial entre bases eruditas e afixos eruditos, por um lado, e bases não-eruditas/autóctones e afixos não-eruditos/autóctones, por outro, é mais patente em línguas como a inglesa ou a neerlandesa em que coexistem um fundo latino com um fundo germânico, que se posicionam tendencialmente em disjunção (ainda que não absoluta) no que a este aspecto da genolexia diz respeito. É sabido que em inglês e em neerlandês (Aronoff, 1976: cap 3, e 4.2.1., especialmente p.52-53; Booij, 2007: 66) os equivalentes do sufixo latino *-ITATE-* (neerl. *-iteit* e ingl. *-ity*) se acoplam a bases adjectivais não nativas, ou eruditas (neerl. *absurd-iteit*, *stabil-iteit*; ingl. *absurd-ity*, *stabil-ity*), mas não a bases autóctones, que rejeitam a combinação com estes sufixos (neerl. **groen-iteit*, **zeker-iteit*, ingl. **greenity*). Os sufixos nativos (neerl. *-heid*, ingl. *-ness*) seleccionam base autóctones (*groen-heid*, *zeker-heid*, *green-ness*), mas também em alguns casos bases não vernáculas (*absurdheid*, *groenheid*).

2. grau de arcaicidade e de modernidade

Quanto ao seu grau de arcaicidade/modernidade as palavras são categorizadas em “velhas”, “novas” e “usadas”.

As palavras “velhas” são as mais antigas, por vezes caídas em desuso. O autor cita os nomes próprios *Egas*, *Sancho*, *Dinis*, e os nomes *ruão*, equivalendo a cidadão, *capa-pelle*, nome do tempo de D. Afonso Henriques, de um tipo de vestuário¹², ou palavras já não ouvidas no seu tempo histórico como «*compengar*, que queria dizer *comer o pão com a outra vianda, e nemichalda*, o qual tanto valia como agora *nemigalha*», segundo informação de uma idosa, de cento e dezasseis anos de idade, expressamente questionada sobre esta palavra. Em outros momentos da gramática menciona *pã*, *cã* (Oliveira, 2000 [1536], cap. 45), *castelão*, *nego* (Oliveira, 2000 [1536], cap. 49), *prestemente* (Oliveira, 2000 [1536], cap. 42) como palavras antigas e desusadas.

Apercebe-se o autor de que as palavras ou expressões antigas são objecto de desprestígio, por terem caído em desuso, como *a carão*, que quer dizer ‘junto, a par’ ou *samicas*, que significa ‘porventura’, ou *abém*, *ajuso*, *acajuso*, *assuso*, *hoganno*, *algorrém*¹³, palavras que Oliveira admite ainda reconhecíveis e usáveis por um idoso da Beira ou por um aldeão; mas o certo é que elas são um património a preservar, testemunho da vetustez e, portanto, da consolidação da língua, uma mais-valia que o gramático valoriza. No seu entender, e em consonância com os ideais da época, o uso destas deve ser moderado e não excessivo¹⁴: «Mas também não sejam muitas nem queiramos vangloriar-nos por dizerem que vimos muitas anteguidades, porque se essas dições antigas que usamos, as quaes sendo moderadas nos haviam d’afremosentar, forem sobejas, farão muito grande dissonância nas orelhas de nossos tempos e homens.» (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXVI).

¹² «As dições velhas são as que foram usadas, mas agora são esquecidas, como *Egas*, *Sancho*, *Dinis*, nomes próprios, e *ruão*, que quis dizer cidadão, segundo que eu julguei em hum livro antigo, o qual foi trasladado em tempo do mui esforçado rei dom João da Boa Memorea.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXVI).

¹³ Segundo Torres & Assunção (2000: 158, nota 39), «*Abém* é tanto como «amém [...] *Ajuso* significa «em baixo», «abaixo», *assuso*, «acima»; *acajuso*, de *aca* e *juso*, «cá em baixo». *Hoganno* quer dizer «este ano»; *algorrém*, «alguma coisa»».

¹⁴ «O uso destas dições antigas, diz Quintiliano, traz e dá muita graça ao falar, quando é temperado e em seus lugares e tempos. A limitação ou regra será esta pella maior parte: que das dições velhas tomemos as mais novas e que são mais vezinhas de nosso tempo; assi como também das novas havemos de tomar as mais antigas e mais recebidas de todos ou da maior parte.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXVI)

A censura ao recurso intenso de palavras caídas em desuso assenta em critérios pouco unívocos, de uma certa “dissonância”, mas a verdade é que o autor, não obstante o tom prescritivo que impõe a este segmento do texto, não propõe critérios de outra natureza para regular o recurso a tais antiguidades linguísticas. Presentemente, seriam critérios plausíveis a coexistência de duas unidades lexicais equivalentes, uma mais moderna e outra menos, ou uma mais comum ao diassistema e/ou mais internacional e outra menos.

As palavras novas são entendidas como denominações mais recentes para realidades também elas mais coevas, como as *moendas*, de que no tempo de Fernão de Oliveira se começa a falar (tendo por propriedade moer com pouca ou nenhuma ajuda), mas cujo referente ainda é desconhecido, segundo o testemunho do autor, ou *bombarda*, realidade nova a que corresponde vocábulo novo, e da qual se cria *esbombardear*.¹⁵ Não havendo liberdade absoluta para criar palavras novas — as motivações para a sua configuração lexical podem residir em alguma propriedade do referente, como em *bombarda*, ou podemos estar perante configurações de motivação inexistente ou desconhecida —, recomenda o autor que o recurso a estas « seja aprovado por aquelles que mais sabem» (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXVII) e que cada uma seja marcada por um traço do tipo «*como dizem, porque assi diga ou fale, porque use deste vocabolo*; ou dizer: *como dizem lá, como diz foão*, quasi dando a entender que não usamos acinte da tal novidade, ou também velhice se for cousa velha». (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXVII)

As dicções usadas (*renda, sisa, casa, corda*) são as usuais num dado momento histórico da língua, podendo algumas ser já muito antigas, e outras nem tanto¹⁶. Algumas são do conhecimento geral dos falantes, como *Deos, pão, vinho, ceo e terra*, outras são vocábulos de significação e de circulação mais restrita, seja porque se trata de regionalismos, ou de vocábulos típicos de determinados

¹⁵ «As dições novas são aquellas que novamente ou de todo fingimos ou em parte achamos. «De todo» chamo quando não olhamos a nenhum respeito senão ao que nos ensina a natureza; para o que tiveram licença os premeiros homens quando premeiro nomearam toalha e gardanapo, e quando dixeram chorar, cheirar, espantar e outros muitos que não são tirados de nenhũa parte. [...] Achar dições novas «em parte» e não de todo é quando, para fazer a voz nova que nos é necessaria, nos fundamos em alghũa cousa, como em *bombarda*, que é cousa nova e tem vocabolo novo, o qual vocabolo chamaram assi por amor do som que ella lança, que é quasi semelhante a este nome *bombarda* ou o nome a elle, e daqui também tiramos estoutro isso mesmo novo, *esbombardear*.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXVII).

¹⁶ «As dições usadas são estas que nos servem a cada porta (como dizem), estas, digo, que todos falam e entendem, as quaes são proprias do nosso tempo e terra. E quem não usa dellas é desentoado, fora do tom e musica dos nossos homens d’agora». (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXVIII).

tecnolectos ¹⁷. No que diz respeito à variação dialectal, Fernão de Oliveira várias vezes revela ter uma sensibilidade aguda às diferenças diatópicas das regiões de Entre Douro e Minho, da Beira, da Estremadura, do Alentejo: «os da Beira têm hūas falas e os d’Alentejo outras. E os homens da Estremadura são diferentes dos d’Antre Douro e Minho, porque assi como os tempos, assi também as terras criam diversas condições e conceitos (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXVIII)

Quanto à variação sócio-cultural/profissional, relacionada com as áreas de actividade a que a língua faz referência, o autor destaca as diferenças existentes na língua de cavaleiros, cortesão, religiosos, lavradores, marinheiros, alfaiates, sapateiros, armeiros, mecânicos (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXVIII).

3. Estrutura interna das unidades lexicais

No âmbito da reflexão sobre a estrutura interna das palavras destacam-se três áreas maiores: a que se reporta à composicionalidade das palavras (3.1.); a que diz respeito ao carácter derivado ou primitivo destas e aos paradigmas de formação que estão na sua génese (3.3.); e o âmbito e natureza dos produtos das declinações “natural” e “voluntária” (3.2.).

3.1. palavras simples vs complexas ou compósitas

Quanto à sua composicionalidade interna, as palavras podem ser “simples” (ou também “singelas” ou “apartadas”) isto é, indecomponíveis em componentes mínimos de significado ¹⁸, e “juntas” ou “compostas”, isto é, decomponíveis em componentes portadores de significação.

¹⁷ Já em trecho anterior se referira o autor à heterogeneidade diatópica e diastrática/sócio-profissional que, conjugadamente, determinam a variedade lexical de uma língua: «tornemos a falar das dições alheas, as quaes também com algum trato vêm ter a nós, como de Guiné e da India onde tratamos e com arte, não somente quando a arte vem novamente à terra [...], mas também nas artes já usadas quando de novo usam algum costume: os alfaiates em vestidos e os sapateiros em calçado e os armeiros em armas de novas feições e assi os outros, porque os homens falam do que fazem; e portanto os aldeãos não sabem as falas da corte e os sapateiros não são entendidos na arte do marear, nem os lavradores d’Antre-Douraminho entendem as novas vozes que est’ano vieram de Tunez com suas gorras. (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXII).

¹⁸ «As dições apartadas a que os latinos chamam simprezes ou singelas são aquellas cujas partes não podem ser dições inteiras, mas dividem-se somente em sillabas e letras; ou também não se podem dividir quando não têm mais que hūa só letra, como *e*, terceira pessoa do presente do indicativo no verbo sustantivo, e como *i* por *ide*, imperativo deste verbo *ir*, e como muitas conjunções e preposições e averbios» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXIV).

Um dos exemplos lapidares de palavra indecomponível é o infinitivo do verbo *fazer*, divisível em sílabas, mas não em constituintes morfológicos portadores de significado pois, como diz Fernão de Oliveira, «*fa* por si não diz nada, e *zer* tão-pouco». (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXIV)

As palavras compósitas, a que chama dicções “juntas” ou compostas”, envolvem a adjunção de dois ou mais constituintes lexicais aos quais se pode atribuir significação ¹⁹, como *aquelloutro*, *contrafazer*, *refazer*, *desfazer*, que resultam da combinação de *fazer* com os prefixos *contra-*, *re-* e *des-*, ou ainda *desempedir* e *desencolher*, que resultam da adjunção de *des-* a *empedir* e *encolher*.

O autor tem consciência de que há partes de palavras “juntas” que não funcionam isoladamente com significado autónomo, se bem que este seja descortinável, como os prefixos *re-* e *des-*, e ainda partes de palavras cuja identidade sígnica é difícil de identificar como em *desde*, *também*, *nelhures*, *algures* e *tamalavês* (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXV) ²⁰. Assim acontece nomeadamente quando a sua génese envolve processos de aglutinação e/ou de ‘blending’ que, cristalizados pelo tempo, são marcados por graus diversos de opacidade formal e até de indecomposição.

Embora não tendo uma concepção formada de constituinte morfológico, tal como este é encarado actualmente, em relação a certas formas prefixais possui o autor uma consciência pré-científica de que se trata de partes constitutivas de produtos compósitos, identificáveis por um processo de comutação. Assim se verifica quando assevera que *a-* comuta com *com-*, em *acertar* e *concertar* «E composição não ha hi que duvidar della, posto que se perca esta letra *a* do começo do premeiro verbo *acertar* quando lhe ajuntamos esta parte *com* no começo, dizendo *concertar*, porque assi se faz em outras partes que se mudam e tiram e acrecentam letras.» (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXV).

A razão pela qual considera os segmentos *re-* (*revender*), *es-* (*estorvar*) e *des-* (*desconcertar*) como constituintes — diríamos hoje ‘presos’ — de palavras

¹⁹ «As dições juntas a que os latinos chamam compostas são cujas partes apartadas sinificam ou podem sinificar; e são dições por si ou partes doutras dições em que primeiro serviram e donde têm seu primeiro e proprio nascimento, ao contrairo das apartadas. Ou as dições juntas são aquellas em que se ajuntam diversas dições ou suas partes, fazendo húa só dição, como *contrafazer*, *refazer*, *desfazer*, nas quaes dições se ajuntam diversas outras dições em cada húa dellas. Em *contrafazer* se ajuntam *contra* e mais *fazer*; e em *refazer* se ajuntam *re* e mais *fazer*.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXV).

²⁰ «Alghüas partes ou vozes temos na nossa lingua, as quaes são partes por si mas não sinificam cousa alghüa» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXV)

compósitas ²¹ assenta no seguinte: «fazem ajuntamento ou composição, porque de seu nascimento ellas são apartadas, mas têm por officio servir sempre em ajuntamento e nunca as achamos fora delle.» (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXV).

Fernão de Oliveira revela uma acuidade particular em relação à singularidade de comportamento e de estatuto dos segmentos prefixais, como *a(d)-* e *es-*, pois ora se apresentam como facultativos ora como impositivos e, ainda que não funcionando como segmentos autónomos, são portadores de significação quando acoplados a bases verbais.

Depreende-se da exposição de Oliveira que a presença de *a-* pode corresponder a duas situações distintas: (i) uma em que o verbo resulta de um mecanismo de prefixação, em que se reconhece claramente o contributo do prefixo (*a(d)-*) para a significação diferenciada do novo verbo (*acorrer, aparecer, aconselhar vs correr, parecer, conselhar*); (ii) uma outra em que a presença de */a/* não traduz necessariamente um processo de ajuntamento, isto é, de construção morfo-lexical, como em *apanhar, arranhar, açoutar, abertura*, mas decorre de «costume bem ameadado antre nós» (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXV). Neste segundo caso teria de haver investigação etimológica em relação a cada palavra, para averiguar até que ponto há ou não presença de um prefixo, se dele os falantes terão consciência ou não, ou se */a/* inicial tem outra origem e explicação genéticas.

O mesmo se aplica a ** e *<es>* em início de palavra, pois uma vez mais pode tratar-se de “ajuntamento” por prefixação (*encarregar, esguardar, espedaçar*) ou não (*ensino, ensinar, escuitar, esperar*).

Num outro capítulo, quando se refere a *arcabuz*, nome de uma *arca* de cano maior que a espingarda, afirma que aquela se forma «não por composição ou ajuntamento, mas acrescentando aquella sillaba *buz*, a qual quasi é sinal de aumento ou grandeza da cousa» (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXII) parecendo assim introduzir uma diferença entre ‘ajuntamento’ (de acordo com os exemplos antes dados incluindo composição e prefixação) e ‘acrescentamento’ (por derivação). Mas o autor não retoma esta diferença, nestes termos, em outras secções da gramática.

²¹ «E posto que cada hũa destas partes não sinifique apartada por si, como *re* e *des*, que apartadas não dizem cousa alghũa, abasta que hũa qualquer das partes da composição possa sinificar, como aqui sinifica *fazer*. E contudo para mais abastança, se se achar alghũa dição junta cujas partes apartadas nenhũa dellas por si sinifique, como *desde, também* e *então* e *nelhures* e *algures* e *tamalavês*, ainda assi lhe chamaremos dição junta, porque o primeiro fundamento daquellas partes é serem diversas e estar cada hũa por si, as quaes aqui se ajuntam e fazem hũa só dição». (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXV).

A semântica das palavras “juntas”, ou melhor, o grau de composicionalidade semântica do todo em relação às partes constituintes também merece reflexão por parte do nosso primeiro gramático.

Neste âmbito, e tomando por referência os prefixos *a-*, *des-*, *es-* e *re(s)-*, o pensamento do autor permite-nos considerar três situações:

- (i) uma em que a presença ou ausência de prefixo (ou de segmento com uma configuração análoga) tem valor distintivo sob o ponto de vista semântico. No caso de *fazer* e *desfazer*, *andar* e *desandar* as significações não só são diferentes mas contrárias. Mas nos exemplos *podar* ‘cortar ramos’, *apodar* ‘escarnecer, zombar’, *pedir* ‘solicitar’ e *empedir* ‘obstar a, obstruir’, os verbos pertencem a áreas temático-conceituais completamente diversas, tendo origens etimológicas em nada correlacionáveis (Cunha, 1997: 58, 427, 590 e 616). Aliás, em *apodar* e em *empedir* os segmentos iniciais /a/ e não têm estatuto prefixal;
- (ii) outra em que a significação aportada pelo prefixo tem um valor semântico próprio, sendo os produtos dele portadores aparentados dos que dele estão privados (*guardar* ‘arrecadar, conservar, estar de guarda, vigiar para proteger ou defender’ e *resguardar* ‘guardar com cuidado, abrigar, proteger’), podendo apresentar uma significação por vezes, mas nem sempre, equivalente, como em *chegar* ‘vir, aproximar-se, dar entrada em’ e *achegar* ‘aproximar-se de’;
- (iii) e uma outra em que o produto tem, segundo o autor, a mesma significação que a base (*torvar* e *estorvar*), sendo portanto o prefixo irrelevante ou, quando muito, expletivo sob o ponto de vista semântico: assim poderá acontecer se os verbos *torvar* ‘perturbar, inquietar’ e *estorvar* ‘embaraçar, dificultar’ à época pudessem comutar como equivalentes, o que não foi possível confirmar.

Intenta o autor atribuir significações específicas aos prefixos que analisa, sendo neste caso relativamente bem sucedido.

Tendo consciência de que a prefixação operante sobre bases verbais não altera substancialmente a categoria léxico-conceitual destas, ou seja, que bases e

produtos «ficam na mesma sinificação» (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXV), considera Fernão de Oliveira que *re-* tem valor “acrescentador”, ou intensificador, como *vender* e *revender*, que *des-* pode significar «desfazer ou diminuir, ou fazer o contrário» (cf. *desgastar*, *desmontar*, *desligar*), que *com-* tem valor comitativo («significa muitas vezes companhia, cujo exemplo seja, *conchegar* e *conjuntar*»).

Em relação a *a-*, diz o autor que diminui a significação «como *acertar* e *concertar*, porque mais chegado é ao fim *acertar* que *concertar* e traz consigo mais perfeição desse auto» (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXV), numa referência indirecta ao que chamaríamos actualmente telicidade da semântica do verbo assim prefixado.

Os dois capítulos seguintes (XL e XLI) são consagrados aos princípios que presidem à formação de palavras derivadas, e à apresentação de alguns paradigmas.

3.2. Declinações natural e voluntária

Os princípios da analogia e da anomalia, ou da semelhança e da diferença, como diz, são os que o autor invoca para explicar as regularidades e irregularidades verificadas em diferentes sectores da língua, seja ao nível da constituição silábica, da configuração morfológica, das declinações (em género, número, pessoa, tempo, modo)²², ou do significado.

Escudando-se em Marco Varrão²³, subcategoriza as declinações em naturais e em voluntárias. As dicções naturais são as padronizadas, organizadas paradigmaticamente, e portanto dotadas de menor irregularidade²⁴. Por seu turno,

²² «Declinação é diversidade de vozes tiradas de hum premeiro e firme principio por respeito de diversos estados das cousas, a qual assi é necessarea como nas gentes o conhecimento dos desvairados officios e estados. E chama-se declinação porque daquelle premeiro principio firme que dissemos, o qual não se move nem muda da sua premeira voz, se declinam, caem ou decendem, quasi como abaixando-se por graos, porque não têm a primoria que fica no premeiro principio as vozes declinadas cada hũa por seu jeito. [...]. As vozes hũas se declinam e outras se não declinam: não se declinam nem se trazem doutros principios as dições que chamamos premeiras; mas declinam-se todas as tiradas ou dirivadas. E não somente os generos das dições têm seus principios firmes de que outras se tiram; mas as que em si particularmente se declinam, como são nomes e verbos, também têm seus premeiros e firmes principios em que se fundam e afirmam.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XL).

²³ Para Varrão, «Declinationum genera sunt duo, voluntarium et naturale; voluntarium est, quo ut cuiusque tulit voluntas declinavit» *De lingua Latina*, VIII.21); «Contra naturalem declinationem dico, quae non a singulorum oritur voluntate, sed a communi consensu» (IDEM, VIII: 22).

²⁴ «E assi diz Marco Varrão que a declinação natural é aquella que não obedece à vontade particular de cada hum, mas que é conforme ao comum parecer de todos; e mais não se muda tão asinha, posto que o uso do falar tenha seu movimento, como elle diz, e não persevere hum mesmo antre os homens de todas as idades» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLII).

«Voluntareas são as que cada hum faz à sua vontade, tirando hũa doutra, como de *Portugal, português* e de *França, francês*; mas de *Frandes, framengo* e de *Galiza, galego*» (Oliveira, 2000 [1536], cap. XL).

A derivação é um dos sectores da formação de palavras onde é possível identificar paradigmas dotados de sensíveis graus de regularidade, quer morfológica, quer semântica. Por isso o autor explicita que «a formação destas vozes que se tiram hũas das outras em alghũas partes ou nas mais requiere ser julgada ou tratada na parte e pellas regras de proporção ou semelhança a que os gregos chamam analogia». (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXIX)

Ao dissertar sobre esta realidade, o autor adverte que a formação de dicções está sujeita a regras ²⁵, nomeadamente — diríamos hoje — de configuracionalidade fonológico-silábico-morfológica da própria língua, e por isso não deve deixar de ser tratada por especialistas que conhecem a norma culta ²⁶, as boas práticas da e sobre a língua ²⁷, os padrões de conformidade com a identidade/singularidade da própria língua ²⁸.

A flexão, pela sua impositividade e pela irredutibilidade das formas envolvidas, inscreve-se tipicamente no âmbito das declinações naturais; a derivação, porque não impositiva, uma vez que há outros recursos lexicais disponíveis para a substituírem, inscreve-se no âmbito da declinação voluntária. Mas sectores da derivação há que comungam propriedades de padrões mais ‘naturais’, como formação de avaliativos, de advérbios em *-mente*, e deles Fernão de Oliveira tem consciência, como se verá em 3.3. ²⁹.

²⁵ «E contudo não é mui franca ou, para melhor dizer, solta a liberdade de todos nesta parte porque, posto que se não podem dar aqui mais limitadas regras, esta que em toda a parte se deve guardar servirá também aqui: que neste tirar das dições [...] seja conforme à melodia da nossa lingua e seja entregue não a qualquer pessoa mas àquelles de cujo saber e vontades nos podéremos fiar com rezão, porque não será fiel na nossa lingua quem lhe quizer mal». (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLI).

²⁶ «a primeira e principal virtude da lingua é ser clara e que a possam todos entender. E pera ser bem entendida ha de ser a mais acostuada antre os milhores della; e os milhores da lingua são os que mais leram e viram e viveram, continoando mais antre primores sisudos e assentados e não amigos de muita mudança. (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXVIII).

²⁷ «em cada lingua notemos o proprio do costume della; ca esta arte de grammatica em todas as suas partes e muito mais nesta da analogia é resguardo e anotação desse costume e uso, tomada despois que os homens souberam falar e não lei posta que os tire da boa liberdade quando é bem regida e ordenada por seu saber.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLI).

²⁸ «As declinações naturaes são mais sojeitas às regras e leis de cujo mandado se rege esta arte. As regras ou leis que digo são, como disse, anotações do bo costume. As quaes, porque assi são mais gerais e comprehendem mais, chamamos-lhe naturaes; e de feito parecem ser mais proprias e consoantes à natureza da lingua, pois lhe [a] ella mais obedecem.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLII).

²⁹ Sobre as simetrias e assimetrias entre flexão e derivação veja-se (Rio-Torto 2002: 264-288).

3.3. Palavras primitivas, derivadas e paradigmas de formação

As dicções podem ser “tiradas” ou “derivadas” (Oliveira, 2000 [1536], cap. XLI)³⁰, no sentido de produzidas por afixação, e primitivas, ou “primeiras” (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXIX.)³¹, ou seja, as não derivadas.

A produção de palavras derivadas corresponde a uma necessidade das línguas de encontrar denominações para as realidades que aquelas verbalizam. Um dos princípios fundamentais que preside à sua formação é o da analogia, seja entre base e derivado, seja entre este e o denotado, como entre *tinta* e *tinteiro* ou *açúcar* e *açucareiro*³².

Como exemplos de dicções “tiradas” ou “derivadas” arrola o autor as seguintes classes:

1. diminutivos (*mocinho, mocinha*) e aumentativos (*arcabuz, rapagão, molherão, beberraz, velhacaz*) (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXII);
2. adjectivos denominais (*sarnoso, sarapulhento, pedregoso, areento*);
3. nomes de ofício em -eiro (*pedreiro, carpenteiro, sapateiro*), em -dor (*ferrador, surrador, pescador, regedor, governador*), em -deira (*pescadeira*), em -airo [-ário] (*boticairo*);
4. nomes de oficinas e lugares de ofício em -aria (*orivesaria, sapataria, carpentaria*);
5. nomes deverbais em -mento (*afeiçoamento; comprimento*);
6. nomes denominais em -ice (*velhice*);
7. advérbios em -mente (*compridamente, abastadamente, chammente; raramente*).

³⁰ «As dições tiradas, a que os latinos chamam dirivadas, são cujo nacimentos vêm doutras alghüas dições donde estas são tiradas, como *tinteiro, velhiçe, honrrada*».(Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXIX).

³¹ «As dições que chamamos primeiras chamam os latinos primitivas. Estas são cujo nacimiento não procede doutra parte mais que da vontade livre daquelle que as primeiro pôs, como *roupa, manta, esteira, cadeira* [...]» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXIX).

³² «Tiramos ou formamos hûas dições doutras para abasteçer e fazer copiosa a nossa lingua e porque nos não falem vocabolos nas cousas [...] assi isso mesmo fazemos hûas dições quasi como especeas participantes doutras; e em outras fazemos as formas semelhantes e chegadas em voz, como *tinteiro*: pella vezinhença e trato que tem com *tinta*, lhe poseram esse nome: e *velhiçe* de *velho*, porque é sua propria, e *honrrada* ou *honrrado* de *honrrar* têm muita parte assi na cousa como na voz. E a meu ver não digamos que foi isto defeito de não acharem vocabolos. Mas é conforme à boa rezão que haja e se guarde a semelhança das cousas nas vozes; e assi são mais claras e dizem melhor seus sinificados, porque a diversidade das vozes mostra haver diversidade nas cousas, e também a semelhança, por conseguinte, das vozes faz entender que as cousas não são diferentes. E porque a formação destas vozes que se tiram hûas das outras em alghüas partes ou nas mais requiere ser julgada ou tratada na parte e pellas regras de proporção ou semelhança a que os gregos chamam analogia».(Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXIX).

A par com estes produtos regularizados de paradigmas genolexicais, existem muitos outros produtos marcados pela irregularidade ou pela imprevisibilidade, assinalada pelo gramático quando se refere aos numerosos pátrios, gentílicos ou étnicos que não obedecem a padrões uniformes: «E assi como são os nomes das nações e outros muitos cujos exemplos logo daremos das nações, como de Grecia, que fez grego. Mas de *Gocia*, nome não mui diferente destoutro *Grecia*, fizemos *godo* e não *gogo*, como *grego*; e d'*Arabia*, *arabigo*, mas de *Persia*, *persio*, e de *Asia*, *asião*, e da *India*, *indio*. E também dizemos *sarnoso* e não *sarnento*; mas ao contrairo chamamos ao cheo de *sarapulhas*, *sarapulhento* e não *sarapulhoso*. E de *pedras* dizemos *pedregoso*, mas d'*area* *areento*, e de *pó*, nem *poento* nem *pooso*, mas em outra figura e sinificação, *empoado*. [...] E os nomes verbaes assi também são diferentes, porque de *ler* dizemos *lição*, e de *orar*, *oração*. Mas de *amar* e *honrrar* dizemos *amor* e *honrra*, ainda que não são tirados estes derradeiros.» (Oliveira, 2000 [1536], cap. XLI).

Como acabamos de observar, vários são os exemplos que o autor dá de não regularização padronizada entre a base e o derivado regular expectável ou possível (*sarapulhento* mas não *sarapulhoso*). Assim acontece com: os adjectivos denominais mencionados (a que se poderia acrescentar *areento* e *arenoso*); com nomes deverbais, muitos dos quais não são derivados em *-ção*³³, o sufixo mais representativo, na percepção do autor, à época; e com nomes de lugar de actividade, muitos dos quais também não derivam em *-aria* (os nomes correspondents a *taverneiro*, *boticairo* e *mercador* são *taverna*, *botica* e *logea* (Oliveira, 2000 [1536], cap. XLII).

Um sector à parte do das declinações naturais é o que diz respeito à formação de diminutivos, aumentativos e participios. Segundo Fernão de Oliveira, não se trata de derivados³⁴, mas de produtos marcados por um grau de regularidade

³³ «Também podemos dizer que é regra geral que os nomes verbaes femeninos acabem todos em *ão*, como *lição*, *oração*. Mas porém dos verbaes acabados em *ão* tiraremos isto: que não de todos os verbos se podem formar, mas têm outros nomes não tirados que servem por elles, como de *amar*, *amor*; e de *honrrar*, *honrra*. E dos acabados em *or* tiraremos que tão-pouco se podem tirar de todos; e os que se tiram, poucos têm femeninos em *a*.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLII).

³⁴ «E mais saberemos que não todas as especeas das dições tiradas são assi livres para poderem andar par'onde quiserem, porque os participios e os nomes demenutivos e aumentativos e alghuns outros, ainda que não em tudo, não se tiram [sublinhado nosso] mas formam-se guardando certas regras, das quaes diremos na declinação natural, porque nesta tratamos só das dições que não têm certa lei de formação. (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLI).

e de previsibilidade que os torna próximos das manifestações de flexão de número, por exemplo. Com efeito, a todos os verbos corresponde uma forma participial, do mesmo modo que de quase todos os nomes se pode formar um diminutivo, ainda que recorrendo a uma formulação z-avaliativa. Com efeito, a regularidade que afecta a formação de avaliativos aproxima-os dos processos flexivos; paralelamente, a perifericidade em que os avaliativos ocorrem (figurando na fronteira direita de outros sufixos: gentileza+zinha, condecoração+zinha) e o facto de a formação z-avaliativa ser compatível com flexão interna da sua base (leão: leõezinhos; papel: papeizinhos) situa este processo de formação de palavras na fronteira com a composição (cf. Rio-Torto 1999, 2006).

4. Literal/não literal

Um ultimo critério (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXIX) diz respeito à leitura literal ou não literal das palavras.

Às palavras usadas no seu sentido literal chama o autor “dições próprias”, isto é, «aquellas que servem na sua primeira e principal sinificação, como *livro*, que desde o seu principio e principal intento sempre quis e agora quer dizer este de papel escrito porque *lemos*. E assi, *homem* e *mulher*, *terra*, *pedra* e muitos infindos outros das dições próprias» (Oliveira, 2000 [1536], cap. XXXIX); às que são usadas em sentido não literal, tendo sofrido uma translação de sentido, chama “dições mudadas”: «As dições mudadas a que os latinos chamam trasladadas, são as que por necessidade ou melhoria de sinificação ou voz estão fora de seu proprio sinificado; e ou estão em lugar doutra dição que não era tão boa como nós queriamos para nosso intento, ou estão onde não havia dição propria, como *livro* quando quer dizer estormento musico, o qual por ser novo e não ter nome ou voz propria e ser semelhante ao livro de papel, que é o proprio, lhe chamaram assi».

Estamos, pois, em presença de uma consciência aguda de que as palavras podem ter significações literais e figurais, resultando estas de processos de metonimização, de metaforização ou de metaftonimização, encarados pela linguística cognitiva como comuns a toda a linguagem humana.

Este é mais um dos tópicos intensamente explorados na reflexão linguística hodierna, ao qual o nosso primeiro gramático foi também sensível.

5. Não obstante o conhecimento que Oliveira tem da gramaticografia latina, cujos autores emblemáticos cita com frequência, e das gramáticas coevas, nomeadamente da de Nebrija, cujas linhas-mestras se reflectem no pensamento deste ilustre gramático do Renascimento, conscientemente apostado na defesa e legitimação da língua portuguesa, não pode deixar de ser sublinhada a actualidade de algumas das considerações que faz quando se pronuncia sobre a morfologia e o léxico da língua pátria.

Continuam hoje em dia totalmente válidos os parâmetros invocados por Oliveira para a análise do léxico quanto à vernaculidade ou ao carácter importado ou herdado das unidades lexicais. Estão na ordem do dia as discussões em torno do grau de globalização de certas unidades lexicais, nomeadamente de algumas oriundas de tecnolectos e/ou construídas com base em constituintes eruditos. São intemporais as disputas entre puristas, conservadores e especialistas mais inovadores relativamente à (in)conveniência em incorporar neologismos (des)necessários, sendo portanto uma área de reflexão tão actual e perene quanto no tempo de Oliveira.

No que diz respeito à visão que o nosso primeiro gramático tem da estrutura morfológica das palavras, sobressaem (i) a consciência da assimetria entre a percepção da composicionalidade formal da palavra (v.g. *referir*, *transferir*) e a dificuldade em a segmentar em constituintes morfológicos de significação identificável (v.g. *acertar*, *concertar*, *acorrer*, *correr*), assimetria que a teoria morfológica actual soluciona nos termos referidos em 1.2.; (ii) a distinção entre palavras complexas ou compósitas vs palavras simples (3.1.) e entre palavras derivadas e palavras não derivadas ou primitivas (3.3.); (iii) a diferenciação entre palavras vernáculas ('nossas') e palavras herdadas ('alheias') (1.), com conseqüente abertura à reflexão sobre o que hoje em dia chamamos de 'reanálise' de palavras herdadas (*declaração*, *pescador*), mas passíveis de serem igualmente encaradas como produzidas à luz das regras de construção de palavras do português (1.1.-1.4.); (iv) a sensibilidade ao grau de arcaicidade, de inovação (2.), de marca diatópica ou diastrática de algumas palavras; (v) a identificação de alguns dos paradigmas derivacionais mais representativos da língua (3.3.), bem como dos processos (v.g. avaliação e adverbialização afixais) que se situam na fronteira entre a 'declinação natural' e a 'declinação voluntária', a derivação e a composição.

Pelo que explicita e pelo que convoca, permitindo trazer para o centro do debate actual da teoria morfológica e lexical alguns dos tópicos mais florescentes desta, o pensamento grammatical de Oliveira não deve deixar de ter um lugar de relevo na moderna investigação sobre léxico e morfologia da língua portuguesa.

Referências bibliográficas

Aronoff, Mark (1976). *Word formation in generative grammar*. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts and London.

Booij, Geert (2007). *The grammar of words*. Oxford, Oxford University Press. 2nd ed..

Coseriu, Eugenio (1991). *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*. Tradução do original alemão por Maria Christina da Motta Maia. Rio de Janeiro e Niterói, Presença Edições e EDUFF.

Cunha, Antônio Geraldo da (1997). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2^a ed. revista e acrescida de um suplemento. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 8^a impressão.

Jackendoff, Ray (2002). *Foundations of Language. Brain, Meaning, Grammar, Evolution*. Oxford, Oxford University Press.

Oliveira, Fernão de (2000 [1536]). *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com um estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

Piel, Joseph-Maria (1989[1976]). «Origens e estruturação histórica do léxico português». In: *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 9-22.

Rio-Torto, Graça (1999). «Configurações sufixais e z-sufixais em português». *Revista Portuguesa de Filologia*, XXIII, 151-182.

Rio-Torto, Graça (2002). *Flexão e derivação: simetrias e assimetrias*. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, XXIV, 253-289.

Rio-Torto, Graça (2006). «Estrutura categorial e formatação derivacional» In: *Revista Portuguesa de Filologia*, in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho, vol. XXV, tomo I, 2003-2006, 393-414.

Rodrigues, Alexandra Soares (2008). *Formação de Substantivos Deverbais Sufixados em Português*. München, LINCOM (LINCOM Studies in Romance Linguistics 57).

Traunmüller, Hartmut (em curso). *The International Vocabulary*. Resumo disponível em <http://www.ling.su.se/staff/hartmut/intervok.htm>.

Varrón, Marco Terencio (1990). *De lingua latina*. Introducción, traducción y notas de Manuel-Antonio Marcos Casquero. Edición bilingüe. Barcelona, Anthropos & Madrid, Ministério de Educación y Ciencia.

Vasconcelos, Carolina Michaëlis (s/d). *Lições de Filologia Portuguesa*. Segundo as prelecções feitas aos cursos de 1011/12 e de 1912/13. Lisboa, Dinalivro.

Resumo: Sublinha-se actualidade do pensamento de Fernão de Oliveira sobre teorização morfológica e lexical, aplicada à língua portuguesa pelo nosso primeiro gramático. É dado relevo particular ao modo como Oliveira discorre sobre análise morfológica, sobre composição interna das palavras, sobre a semântica destas, e sobre léxico (procedência, arcaicidade, inovação e usos das unidades lexicais).

Abstract: This text aims to emphasise the modernity of Fernão de Oliveira's thought and work, namely on lexical and morphological theory applied to Portuguese language. The topics focused are: morphological analysis and description of the internal structure of words; semantic and formal composition of lexical units; history, reanalysis, degrees of modernity and circulation of lexical units.

Palavras-Chave: morfologia; léxico; paradigmas derivacionais; língua portuguesa.

Key-words: morphology; lexicon; derivational patterns; Portuguese language

Graça Rio-Torto é Doutorada em Linguística Portuguesa e docente da Faculdade de Letras de Coimbra.

Entre as suas publicações contam-se *Morfologia derivacional: teoria e*

aplicação ao português. Porto, Porto Editora, 1998, *Verbos e nomes em português*. Coimbra, Livraria Almedina, 2004, *O essencial sobre semântica*. Lisboa, Colibri, 2007 (com Ana Cristina Macário Lopes). É também autora de numerosos artigos científicos publicados em revistas de especialidade.

Tem orientado várias teses de Mestrado e de Doutoramento, no país e no estrangeiro. Presentemente dirige, no âmbito do Celga, uma equipa de investigação que se encontra a elaborar uma “Gramática derivacional do Português”.